



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Famílias e Curso de Vida [ST]

FAMÍLIAS RECOMPOSTAS EM PORTUGAL

ATALAIA, Susana

Doutorada em Ciências Sociais, Especialidade Sociologia Geral

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa),

susana.atalaia@ics.ulisboa.pt

Resumo

O principal objectivo desta comunicação é caracterizar as famílias recompostas em Portugal com base nos resultados definitivos dos dois últimos recenseamentos gerais à população (Censos 2001 e 2011). No período intercensitário, o número de casais com, pelo menos, um filho anterior não comum a viver no agregado aumentou, tanto em termos absolutos como relativos, passando de 2,7% para 6,6% do total de casais com filhos. Este crescimento sugere que recompor a família após um divórcio ou uma separação é um fenómeno em expansão no nosso país. De modo a analisar a evolução do fenómeno da recomposição familiar em Portugal, ao longo da última década, e a caracterizar em termos sociodemográficos os seus protagonistas, seleccionaram-se os seguintes indicadores de análise: escalão etário da mulher, nível de ensino da mulher, condição perante a actividade económica do casal, situação na conjugalidade (casal “de direito” e casal “de facto”); número de filhos e origem dos filhos (só do homem, só da mulher ou de ambos/comuns e não comuns). A leitura dos resultados revela-nos que, entre 2001 e 2011, se acentuaram as tendências já identificadas anteriormente, a saber: a maioria dos casais recompostos opta pela coabitação (59,2%) e não tem filhos em comum (59,0%), os filhos anteriores presentes no núcleo são quase sempre da mulher (78,0%). Em termos sociodemográficos denota-se que, hoje em dia, as mulheres a viver em casal recomposto estão mais velhas mas também mais escolarizadas. A situação em que ambos os membros do casal estão inseridos no mercado de trabalho mantém-se a mais frequente. A análise da distribuição regional do fenómeno da recomposição familiar evidencia a persistência de algumas assimetrias regionais que opõem o litoral sul do país, onde é maior a incidência deste tipo de famílias, e as restantes regiões do país, nomeadamente o interior e o litoral norte.

Abstract

The main objective of this paper is to characterize the Portuguese stepfamilies, using the Census Population Survey data (Census 2001 and 2011). Between 2001 and 2011, the number of couples with at least one non-common child living in the household increased both in absolute as in relative terms, moving from 2,7% to 6,6% of the total number of couples with children. This growth suggests that family reconstitution, following a divorce or separation, is now a more common phenomenon in the Portuguese society than in the past. In order to analyse the stepfamilies' evolution over the last decade and to provide a socio-demographic characterization of their main protagonists, some key indicators have been selected: women's age group; women's education level; couple's condition among economic activity; couple's marital status (married or cohabitating couple); number and origin of the children living in the household (just from the woman; just from the man, from both). The results reveal that, in 2011, the trends previously identified had become more salient. Namely, most reconstituted couples tend to cohabit (59,2%), but have no children in common (59,0%), while the children from former unions are usually just from the woman (78,0%). In demographic terms, the results suggest that, nowadays, women living in reconstituted couples are older but also more educated than in 2001. In most couples, both members are in the labour market. The analysis of the regional distribution of stepfamilies highlights the persistence of some regional asymmetries. There is a higher prevalence of this type of families in the southern coast of the country than in the interior and north coast.

Palavras-chave: famílias recompostas; recomposição familiar; união de facto; filhos não comuns; análise quantitativa

Keywords: stepfamilies; family reconstitution; cohabitation; children from former unions; quantitative analysis

1. A evolução do fenómeno da recomposição familiar em Portugal (2001 – 2011)^{i ii}

Em 2011, existiam 105 763 casais recompostos em Portugal, correspondendo a 3,9% do total de casais e a 6,6% do total de casais com filhos (quadro 1). Entre 2001 e 2011, o número de casais recompostos mais do que duplicou, registando uma variação positiva de 126,1%. Este aumento sugere que recompor a família após um divórcio ou uma separação se tornou uma prática comum e transversal aos diferentes meios sociais, transformando a forma como se organiza e vive a vida familiar (Wall *et al.*, 2013). Não será por acaso que, em 2012, apesar do declínio da taxa de nupcialidade, mais de um quarto do total de casamentos (27,1%) corresponderam a recasamentos (INE, 2013).

1.1 Situação na conjugalidade

Apesar do crescimento expressivo, em termos de valores absolutos, de ambas as situações na conjugalidade (casais “de direito” e casais “de facto”), o aumento dos casais “de facto” recompostos foi superior ao dos casais “de direito”, 139,5% e 109,0%, respectivamente. Assim, em 2011, cerca de seis em cada dez casais recompostos viviam em união de facto (59,2%). A coabitação constitui, por isso, um dos principais traços distintivos dos casais recompostos em Portugal. Contrastando, deste modo, com o peso, ainda pouco saliente, da união de facto no conjunto dos casais portugueses (13,3% em 2011). Trata-se de uma tendência já identificada anteriormente (Ferreira, 2003), reforçada aqui pela análise dos resultados do Censo 2011.

Olhando agora para a proporção de casais recompostos no total de casais (quadro 1) verificamos que esta continua a ser pouco significativa (passa de 1,7%, em 2001, para 3,9%, em 2011). No entanto, se seleccionarmos como universo de análise apenas os casais com filhos denota-se um acréscimo de 3,9 pontos percentuais no período intercensitário, passando de 2,7% para 6,6%. Factores como a diminuição, em termos absolutos, do número de casais com filhos (passa de 1 740 522, em 2001, para 1 614 289, em 2011) e o aumento do número de casais recompostos (passa de 46 786, em 2001, para 105 763, em 2011) parecem contribuir para esta ocorrência. Para além disso, denota-se também o aumento do peso relativo dos casais “de facto” recompostos face ao total de casais “de facto” com filhos, que passou de 22,9%, em 2001, para 30,4%, em 2011. Isto significa que quase um terço do total de casais “de facto” com filhos são casais recompostos. De recordar que os casais “de facto” com filhos representavam, em 2011, 12,7% do total de casais com filhos, em linha, portanto, com a média dos casais em geral (13,3% em 2011). Por outras palavras, o aumento do peso relativo dos casais “de facto” com filhos face ao total de casais com filhos deve-se, entre outros aspectos, ao aumento, em termos de valores absolutos, do número de casais recompostos.

Indicadores	Ano				TxVr (2001-2011)
	2001		2011		
	N	%	N	%	
Casais Recompuestos (CR)					
“de direito”	20 652	44,1	43 162	40,8	109,0
“de facto”	26 134	55,9	62 601	59,2	139,5
Total	46 786	100,0	105 763	100,0	126,1
Casais recompostos/ total casais (c/ e s/ filhos)	-	1,7	-	3,9	-
Casais recompostos/ casais com filhos	-	2,7	-	6,6	-
CR “de facto”/ casais “de facto” com filhos	-	22,9	-	30,4	-
CR segundo o número de filhos					
1 filho	16 119	34,5	42 949	40,6	166,5
2 filhos	18 670	39,9	42 359	40,1	126,9
3 ou + filhos	11 997	25,6	20 455	19,3	70,5
CR 1 filho/ Casais 1 filho	-	1,8	-	4,9	-
CR 2 filhos/ Casais 2 filhos	-	2,8	-	7,0	-
CR 3 ou + filhos/ Casais 3 ou + filhos	-	6,5	-	16,2	-

Indicadores	Ano				TxVr (2001-2011)
	2001		2011		
	N	%	N	%	
CR segundo o número de filhos não comuns					
1 filho não comum	32 407	69,3	77 469	73,2	139,1
2 filhos não comuns	10 853	23,2	22 177	21,0	104,3
3 ou + filhos não comuns	3 526	7,5	6 117	5,8	73,5
CR por origem dos filhos não comuns					
Só da mulher	36 767	78,6	82 534	78,0	124,5
Só do homem	7 721	16,5	18 295	17,3	137,0
De ambos	2 298	4,9	4 934	4,7	114,7
CR segundo o número de filhos em comum					
1 filho em comum	16 353	75,0	34 623	79,8	111,7
2 ou + filhos em comum	5 453	25,0	8 749	20,2	60,4
Total CR Filhos em Comum	21 806	100,0	43 372	100,0	98,9
CR com filhos em comum/ Casais recompostos	-	46,6	-	41,0	-
CR “de direito” com filhos em comum/ CR “de direito”	-	56,9	-	48,7	-

Quadro 1 – Casais recompostos em 2001 e 2011 (valores absolutos, percentagens e taxas de variação). Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

1.2 Número de filhos

O aumento do número de casais recompostos teve impacto também no número de filhos presente no núcleo (quadro 1). Não obstante o crescimento, em termos de valores absolutos, do número de filhos em todas as categorias em análise (1 filho; 2 filhos; 3 ou + filhos), os resultados do Censo 2011 evidenciam uma mudança na sua distribuição interna. Se em 2001 predominavam os casais com 2 filhos no núcleo, representando 39,9% do total, em 2011 destacavam-se os casais com 1 filho no núcleo com 40,6%. Com efeito, no último recenseamento geral à população (Censo 2011) os casais recompostos com 1 filho no núcleo ultrapassaram, ainda que apenas ligeiramente, o peso dos casais recompostos com 2 filhos no núcleo (40,1%), que se mantiveram relativamente estáveis ao longo da última década. A categoria «1 filho» no núcleo foi aquela que mais cresceu entre os dois momentos censitários, apresentando uma taxa de variação absoluta de 166,6%. Assim, se em 2001 os casais com 1 filho no núcleo representavam 34,5% do total, em 2011 representavam 40,6%, o que corresponde a uma diferença de 6,1 pontos percentuais. No caso dos casais recompostos com 3 ou mais filhos no núcleo verifica-se o inverso: não obstante o crescimento em termos de valores absolutos (Tx. Vr. 2001-2011 de 70,5%), diminuiu a sua importância relativa, registando-se uma redução efectiva de 5,3 pontos percentuais em termos de distribuição relativa. Ainda assim, o peso das descendências numerosas (3 ou + filhos) nos casais recompostos continua a ser superior ao dobro do verificado no conjunto dos casais com filhos; 19,3% e 7,8%, respectivamente (Cunha *et al.*, 2014). Por último, nota-se que o peso dos casais recompostos com 1 filho no total de casais com 1 filho aumentou (quadro 1), e que o mesmo se passa em relação aos casais recompostos com 2 e com 3 ou mais filhos. No entanto, é sobretudo o aumento do peso dos casais recompostos com 3 ou mais filhos, no total de casais com 3 ou mais filhos, que é mais notório (aumento de 9,7 pontos percentuais no período intercensitário). Em 2011, 1 em cada 6 casais com 3 ou mais filhos no núcleo era recomposto (16,2%).

1.3 Origem e número de filhos (comuns e não comuns)

A par do número de filhos, interessa também conhecer a origem dos filhos, dado que é a existência de, pelo menos, um filho não comum ao casal que permite identificar uma família como recomposta. A este nível, a situação mais frequente é aquela em que os filhos não comuns presentes no núcleo são apenas filhos da mulher,

perfazendo 78,0% do total em 2011. Destaque-se, no entanto, o aumento em termos de distribuição relativa das situações em que os filhos não comuns ao casal são apenas do homem, acréscimo de 0,8 pontos percentuais no período intercensitário, passando de 16,5% em 2001 para 17,3% em 2011, o que representa um crescimento absoluto de 137,0%. Entre outros factores, consideramos que este aumento se pode ficar a dever a uma tendência (ainda minoritária entre nós) a favor da guarda conjunta de residência alternada (guarda partilhada) como modo de guarda da criança após o divórcio ou a separação dos pais (Marinho, 2011). Deste modo, em Portugal, são mais frequentes as famílias de padrasto (em que os filhos não comuns a residir no núcleo são apenas filhos da mulher; 78% em 2011) do que as famílias de madrastra (em que os filhos não comuns são apenas filhos do homem; 17,3% em 2011). As famílias mistas, ou seja, aquelas em que há filhos não comuns de ambos os cônjuges permanecem residuais (4,7% em 2011)ⁱⁱⁱ.

Em relação ao número de filhos não comuns (quadro 1) constata-se que, em regra, os casais recompostos vivem com apenas um filho não comum no núcleo. No entanto, entre 2001 e 2011, o peso relativo dos casais nesta situação passou de 69,3% para 73,2%, respectivamente. Este aumento acompanha a tendência de diminuição do número de filhos por casal presente na sociedade portuguesa (Cunha *et al.*, 2014). Ao contrário dos casais recompostos com 1 filho não comum, tanto os casais recompostos com 2 filhos não comuns como os casais recompostos com 3 ou mais filhos não comuns viram o seu peso relativo diminuir, passando de 23,2% e 7,5%, respectivamente, em 2001, para 21,0% e 5,8%, em 2011.

Relativamente aos filhos em comum, os resultados do Censo 2011 evidenciam o acentuar das tendências registadas em 2001, a saber: a maioria dos casais recompostos é infecunda, ou seja, não tem filhos em comum (59,0%) e os casais fecundos (41,0%), em regra, têm apenas 1 filho em comum (79,8%). A análise dos dados sugere assim que apenas 4 em cada 10 casais recompostos têm filhos em comum e destes, aproximadamente, 8 em cada 10 têm apenas um filho. Contudo, os resultados dos Censos não permitem uma leitura do número de casais recompostos em que os membros do casal foram pais no âmbito de uma ou mais conjugalidades ou relações anteriores, de filhos não residentes no núcleo. Por esse motivo, não nos é possível apurar os casos em que a ausência de fecundidade no âmbito da presente conjugalidade traduz uma infecundidade real por parte de um dos membros do casal. Trata-se de uma dúvida que afecta sobretudo os homens/ cônjuges masculinos na medida em que, em regra, os filhos não comuns ao casal presentes no núcleo são apenas filhos da mulher.

Cruzando a situação na conjugalidade com a existência ou não de filhos em comum é possível afirmar que, em 2001, os dados disponíveis sobre os casais recompostos apontavam para a existência de uma associação, ainda que ténue, entre ter filhos em comum e estar legalmente casado (Leite, 2004); 56,9% dos casais “de direito” recompostos eram casais que tinham, pelo menos, 1 filho em comum. Acreditava-se, por isso, que nos casais recompostos, à semelhança do que acontecia com a generalidade dos casais, a vinda de 1 filho em comum conduziria a uma maior institucionalização da relação conjugal. Os resultados do último recenseamento geral à população (Censo 2011) não nos permitem, no entanto, corroborar esta hipótese. Em 2011, apenas 48,7% dos casais “de direito” recompostos tinham filhos em comum.

2. Caracterização sociodemográfica das famílias recompostas (2001 -2011)

Traçado o panorama de evolução da recomposição familiar em Portugal ao longo da última década, importa agora conhecer o impacto de algumas variáveis sociodemográficas na composição das famílias recompostas portuguesas, a saber: o escalão etário da mulher; o nível de ensino da mulher e a condição perante a actividade económica do casal (em sentido restrito).

2.1 O escalão etário da mulher

Uma primeira observação diz respeito à distribuição etária das mulheres a viver em contexto de recomposição familiar nos dois momentos censitários (quadro 2): os casais recompostos estão a envelhecer. Aumentou o peso dos casais em que a mulher tem 40 anos ou mais e diminuiu o peso dos casais mais jovens, em que a mulher tem até 39 anos. Esta constatação sugere que a entrada cada vez mais tardia da mulher na conjugalidade e, sobretudo, na parentalidade (Cunha *et al.*, 2014), conduz ao adiamento da entrada numa segunda união que sucede a rutura conjugal (por divórcio ou separação), aumentando, assim, a idade da mulher a viver em casal

recomposto. Deste modo, embora o escalão etário dos 30-39 anos se mantenha, em 2011, o mais frequente em termos de distribuição relativa, perfazendo 37,1% do total, denota-se uma diminuição efectiva do peso deste escalão etário: menos 3,2 pontos percentuais que em 2001 (40,3%). Pelo contrário, aumenta o peso relativo dos três últimos escalões etários, ou seja, dos escalões etários dos 40-49 anos; dos 50-59 anos e dos 60 ou + anos, com 35,1%, 13,2% e 4,6%, respectivamente, perfazendo um total combinado de 52,9%, quando em 2001 não ultrapassava os 45,9%.

Esta situação deve-se tanto ao envelhecimento dos casais “de direito” recompostos como dos casais “de facto” recompostos entre os dois momentos censitários, embora os primeiros sejam, em regra, mais velhos do que os segundos. De facto, em 2011, aproximadamente 60,4% das mulheres a viver em casal “de direito” recomposto tinham 40 ou mais anos de idade, situação que atingia apenas 47,8% das mulheres a viver em casal “de facto” recomposto. Esta constatação sugere que a formalização da relação conjugal em contexto de recomposição familiar sucede a entrada na conjugalidade e, em simultâneo, que existe uma menor propensão para casar por parte dos casais recompostos, em linha, portanto, com o que os estudos da sociologia da família apontam ser, na actualidade, a preferência do segmento mais jovem da população (ver Cunha *et al.*, 2014; Ferreira, 2003).

Indicadores	Total		Casais Recompuestos			
	2001	2011	“de direito”		“de facto”	
			2001	2011	2001	2011
Escalões etários						
Até 29 anos	13,8	10,0	10,9	6,4	16,1	12,6
30-39 anos	40,3	37,1	37,7	33,2	42,4	39,8
40-49 anos	31,2	35,1	32,6	36,2	30,2	34,2
50-59 anos	10,6	13,2	12,7	16,6	8,9	10,9
60 ou mais anos	4,1	4,6	6,1	7,6	2,4	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nível de ensino						
Sem nível de ensino	3,8	4,7	4,0	4,9	3,6	4,6
Básico 1º ciclo	37,1	17,3	38,4	18,4	36,1	16,6
Básico 2º ciclo	17,0	17,7	16,3	15,6	17,4	19,2
Básico 3º ciclo	12,8	25,0	11,8	22,6	13,5	26,6
Secundário*	19,9	21,1	18,3	21,8	21,1	20,6
Ensino superior**	9,5	14,2	11,1	16,7	8,2	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Condição p/ actividade económica						
Ambos empregados	56,8	53,0	55,2	51,7	58,0	53,9
Só 1 empregado	33,6	33,6	33,3	33,4	33,9	33,7
Ambos desemp. ou inactivos	9,6	13,4	11,5	14,9	8,1	12,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(46 786)	(105 763)	(20 652)	(43 162)	(26 134)	(62 601)

* Inclui ensino pós-secundário; **Inclui bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento

Quadro 2 – Casais recompostos segundo o escalão etário e nível de ensino da mulher e a condição perante a actividade económica do casal, em 2001 e 2011 (percentagens). Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

2.2 O nível de ensino da mulher

Apesar de ligeiramente mais velhas, as mulheres a viver em casal recomposto estão afinal mais escolarizadas (quadro 2): se em 2001 mais de metade das mulheres tinha no máximo o 2º ciclo do ensino básico (57,9%), em 2011 mais de metade das mulheres tinha no máximo o 3º ciclo do ensino básico (64,7%); se em 2001 eram 37,1% as mulheres com o 1º ciclo do ensino básico, em 2011 perfazem apenas 17,3%. Esta diminuição, em termos de distribuição relativa, do número de mulheres com o 1º ciclo do ensino básico não repercute a sua diminuição em termos de valores absolutos. Pelo contrário, entre 2001 e 2011 registou-se até um ligeiro aumento, embora pouco significativo. Porém, dado o crescimento tanto em termos absolutos como relativos de todas as outras categorias em análise, sobretudo a partir do 3º ciclo do ensino básico, o que se verifica é uma perda da importância relativa do 1º ciclo do ensino básico face aos restantes níveis de ensino em análise.

Olhando agora para o nível de ensino da mulher em função da situação na conjugalidade verificamos que a perda de importância relativa do 1º ciclo do ensino básico é transversal tanto às mulheres casadas como às que vivem em união de facto. Em ambos os casos assiste-se a uma diminuição de cerca de 20 pontos percentuais deste nível de ensino. Paralelamente denota-se que o 3º ciclo do ensino básico foi o nível de ensino que mais cresceu no período intercensitário, passando de 11,8% para 22,6%, no caso dos casais “de direito”, e de 13,5% para 26,6%, no caso dos casais “de facto”. Uma variação percentual que praticamente duplica, em termos de distribuição relativa, a importância do 3º ciclo do ensino básico no conjunto dos casais analisados. Para além disso, denota-se também que os níveis de ensino intermédios (2º e 3º ciclo do Ensino Básico) estão mais representados nos casais “de facto” e o 1º ciclo do Ensino Básico, juntamente com o Ensino Secundário e o Superior, estão mais representados nos casais “de direito”.

Assim, se em 2001 as mulheres estavam sobrerrepresentadas no 1º ciclo do ensino básico, em 2011, não obstante haver uma distribuição relativa mais equilibrada, a maioria das mulheres situava-se no 3º ciclo do ensino básico. Saliente-se ainda que, em 2011, as mulheres situadas nos três últimos níveis de ensino (3º ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior) perfaziam já 60% do total.

2.3 A condição perante a actividade económica do casal

No que diz respeito à condição perante a actividade económica do casal, verifica-se que os casais recompostos, à semelhança dos casais com filhos em geral, estão mais representados na categoria “ambos empregados”; 53% em 2011 (quadro 2). No entanto, entre 2001 e 2011, registou-se uma diminuição do peso relativo desta categoria em detrimento da categoria em que ambos estão desempregados ou inactivos. Com efeito, no período intercensitário, registou-se um aumento de 3,8 pontos percentuais no número de casais em que ambos estão fora do mercado de trabalho por desemprego ou inactividade. Tendo em conta que, conforme já aqui foi referido, as mulheres a viver em casal recomposto estão sobrerrepresentadas nos escalões etários correspondentes aos 30-49 anos de idade (72,2%), acreditamos que a diminuição do número de casais em que ambos estão empregados (inseridos no mercado de trabalho) se deve mais a uma situação de desemprego do casal do que à sua inactividade. No que diz respeito à situação em que apenas um dos membros do casal está empregado (seja o homem ou a mulher), os números mantiveram-se estáveis entre 2001 e 2011. Contudo, os dados disponíveis para 2011 não permitem aferir qual dos dois, homem ou mulher, se encontra empregado ou desempregado/ inactivo (condição perante a actividade económica em sentido restrito).

Olhando agora para a distribuição da condição perante a actividade económica do casal em função da situação na conjugalidade, denota-se que, em 2011, havia ligeiramente mais casais “de facto” recompostos em que ambos os membros do casal estavam inseridos no mercado de trabalho do que casais “de direito”; 53,9% e 51,7%, respectivamente. Uma possível explicação prende-se com a distribuição etária das mulheres, dado que, conforme referimos anteriormente, nos casais “de facto” recompostos as mulheres são, em regra, mais jovens do que nos casais “de direito”. O factor idade é também uma explicação válida para justificar o maior número de situações de inactividade ou desemprego de ambos os membros do casal entre os casais “de direito” recompostos, situação que, em 2011, atingia já cerca de 14,9% destes casais.

3. Distribuição regional das famílias recompostas em Portugal (2001-2011)

Apresentada a evolução das famílias recompostas em Portugal e conhecidas algumas das características sociodemográficas dos seus membros, é tempo de conhecer o mapa da distribuição regional do fenómeno da recomposição familiar em Portugal, destacando as regiões (NUTS II) e sub-regiões (NUTS III) do país onde o mesmo é mais prevalente.

Em termos de distribuição regional, a análise efectuada permitiu-nos verificar que, entre 2001 e 2011, a proporção de casais recompostos no total de casais com filhos (quadro 3), porventura o dado mais relevante aqui apresentado, aumentou em todas as regiões do país. Por outro lado, verifica-se uma oposição evidente entre o Sul, onde o fenómeno é mais prevalente, com valores superiores a 8%, destacando-se toda a faixa litoral sul (sub-regiões da Grande Lisboa, da Península de Setúbal, do Alentejo Litoral e do Algarve), a Lezíria do Tejo e o Oeste; e o Norte, onde a maioria das sub-regiões apresenta valores abaixo dos 4%, com excepção do Grande Porto (5,9%) e do Alto Trás-os-Montes (4,1%). A recomposição familiar é assim um fenómeno mais frequente no litoral sul do país por oposição ao interior e litoral norte.

O aumento da proporção de casais recompostos no total de casais com filhos pode ser explicado pela combinação de três factores, a saber: o aumento do número de divórcios; o aumento do número de casais recompostos e a diminuição do número de casais com filhos. Assim, por um lado, denota-se que, entre 2001 e 2011, o número de famílias recompostas cresceu sobretudo nas sub-regiões localizadas a Sul, precisamente onde o divórcio e a separação são mais prevalentes (INE, 2013) e, por outro, constata-se que houve uma diminuição do número de casais com filhos. Factores como o adiamento da entrada na parentalidade por parte dos casais mais jovens, a diminuição do índice sintético de fecundidade (número de filhos por mulher em idade reprodutiva; 15-49 anos) e o envelhecimento da população parecem contribuir para a explicação deste fenómeno (Wall *et al.*, 2013).

Outro aspecto que importa realçar prende-se com o aumento, em termos de valores absolutos, do número de casais recompostos em todas as regiões (NUTS II) e sub-regiões (NUTS III) do país. Embora o ritmo de crescimento não tenha sido o mesmo em todas elas - a taxa de variação oscila entre os 53,6% no Alentejo Litoral e os 187,4% em Entre Douro e Vouga - parece incontestável a existência de um crescimento transversal a todo o território nacional do número de famílias recompostas ao longo dos últimos dez anos, o que evidencia bem a importância crescente deste tipo de famílias em Portugal. A este nível, a região Norte destaca-se por ser aquela que registou uma maior variação absoluta entre 2001 e 2011; 145,6%. É certo que as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registaram uma variação semelhante ou até mesmo superior; no entanto, o que confere especificidade e significado ao crescimento da região Norte é a associação entre uma elevada taxa de variação e o aumento do seu peso relativo face às restantes regiões do país.

NUTS III	Número		Distribuição percentual (1)		CR/ Casais com filhos (2)		Diferenças percentuais 2001-2011		Tx. Vr. 2001-2011
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	(1)	(2)	
Portugal	46 786	105 763	100,0	100,0	2,7	6,6	0,0	3,9	126,1
Norte	10 338	25 395	22,1	24,0	1,5	4,1	1,9	2,6	145,6
Minho-Lima	640	1 451	1,4	1,4	1,6	3,9	0,0	2,3	126,7
Cávado	950	2 262	2,0	2,1	1,3	3,1	0,1	1,8	138,1
Ave	1 047	2 727	2,2	2,6	1,1	3,0	0,4	1,9	160,5
Grande Porto	4 797	12 005	10,3	11,4	2,1	5,9	1,1	3,8	150,3
Tâmega	1 019	2 714	2,2	2,6	1,0	2,7	0,4	1,7	166,3
Entre Douro e Vouga	659	1 894	1,4	1,8	1,3	4,0	0,4	2,7	187,4
Douro	611	1 167	1,3	1,1	1,7	3,7	-0,2	2,0	91,0
Alto Trás-os-Montes	615	1 175	1,3	1,1	1,8	4,1	-0,2	2,3	91,1

NUTS III	Número		Distribuição percentual (1)		CR/ Casais com filhos (2)		Diferenças percentuais 2001-2011		Tx. Vr. 2001-2011
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	(1)	(2)	
Centro	9 212	20 006	19,7	18,9	2,4	5,7	-0,8	3,3	117,2
Baixo Vouga	1 880	3 665	4,0	3,5	2,8	5,9	-0,5	3,1	94,9
Baixo Mondego	1 172	2 758	2,5	2,6	2,1	5,6	0,1	3,5	135,3
Pinhal Litoral	1 044	2 288	2,2	2,2	2,4	5,6	0,0	3,2	119,2
Pinhal Interior Norte	480	1 048	1,0	1,0	2,2	5,5	0,0	3,3	118,3
Dão-Lafões	770	1 613	1,6	1,5	1,6	3,8	-0,1	2,2	109,5
Pinhal Interior Sul	129	211	0,3	0,2	2,0	4,0	-0,1	2,0	63,6
Serra da Estrela	121	269	0,3	0,3	1,6	4,4	0,0	2,8	122,3
Beira Interior Norte	242	511	0,5	0,5	1,4	3,4	0,0	2,0	111,2
Beira Interior Sul	233	575	0,5	0,5	2,0	5,6	0,0	3,6	146,8
Cova da Beira	282	585	0,6	0,6	1,8	4,5	0,0	2,7	107,4
Oeste	1 989	4 443	4,3	4,2	3,5	8,0	-0,1	4,5	123,4
Médio Tejo	870	2 040	1,9	1,9	2,4	6,3	0,0	3,9	134,5
Lisboa	17 657	39 950	37,7	37,8	4,2	10,3	0,1	6,1	126,3
Grande Lisboa	12 356	27 636	26,4	26,1	4,1	10,0	-0,3	5,9	123,7
Península de Setúbal	5 301	12 314	11,3	11,6	4,5	10,9	0,3	6,4	132,3
Alentejo	4 327	8 441	9,2	8,0	3,5	7,7	-1,2	4,2	95,1
Alentejo Litoral	858	1 318	1,8	1,2	5,5	9,8	-0,6	4,3	53,6
Alto Alentejo	546	1 112	1,2	1,1	2,8	6,6	-0,1	3,8	103,7
Alentejo Central	843	1 665	1,8	1,6	3,0	6,8	-0,2	3,8	97,5
Baixo Alentejo	710	1 315	1,5	1,2	3,3	7,3	-0,3	4,0	85,2
Lezíria do Tejo	1 370	3 031	2,9	2,9	3,5	8,4	0,0	4,9	121,2
Algarve	3 084	6 436	6,6	6,1	5,1	10,2	-0,5	5,1	108,7
Açores	1 179	2 881	2,5	2,7	2,9	7,1	0,2	4,2	144,4
Madeira	989	2 654	2,1	2,5	2,5	6,2	0,4	3,7	168,4

Quadro 3 – Famílias recompostas por NUTS III, 2001 e 2011 (valores absolutos e percentagens). Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Entre os dois momentos censitários, o peso relativo da região Norte passou de 22,1% para 24%, cerca de um quarto do total nacional, constituindo assim a única região do país a registar um aumento expressivo do seu peso relativo face às restantes regiões do país (+ 1,9 pontos percentuais).

Mas se o crescimento do fenómeno da recomposição familiar na região Norte é digno de destaque, convém salientar que, em termos de distribuição relativa, a região de Lisboa mantém em 2011 praticamente o mesmo peso relativo apresentado em 2001: 37,8% e 37,7%, respectivamente, constituindo assim a região do país que concentra a maior parte das famílias recompostas. Numa análise por sub-regiões destaca-se, pela sua relevância face ao conjunto do tecido nacional, a região da Grande Lisboa com 26,1% do total de famílias recompostas no país. Factores como o aumento da taxa de divórcio, a maior urbanização, a adesão crescente por parte dos jovens casais à coabitação, bem como o menor peso do factor religião parecem estar na origem deste desfasamento entre a Grande Lisboa e as restantes sub-regiões do país. Não será por acaso que a seguir à Grande Lisboa, as sub-regiões com maior peso relativo são a Península de Setúbal e o Grande Porto, com 11,6% e 11,4%, respectivamente, do total de famílias recompostas em 2011. Em suma, em termos de distribuição regional relativa, a Grande Lisboa (26,1%), a

Península de Setúbal (11,6%) e o Grande Porto (11,4%) são as sub-regiões do país (NUTS III) que concentram o maior número de casais recompostos.

Comentários Finais

O principal objectivo desta comunicação foi caracterizar as famílias recompostas em Portugal com base nos resultados definitivos dos dois últimos recenseamentos gerais à população (Censos 2001 e 2011). A análise aqui apresentada permitiu salientar o crescimento acentuado do número de casais recompostos ao longo do período intercensitário (TxVr de 126,1%), bem como o aumento do seu peso relativo no total de casais com filhos (passou de 2,7%, em 2001, para 6,6%, em 2011). Este crescimento sugere que a recomposição familiar é um fenómeno em expansão em Portugal, tornando as conjugalidades com filhos anteriores não comuns cada vez mais frequentes entre nós.

À laia de conclusão, gostaríamos de sublinhar três aspectos que consideramos fundamentais para compreender a evolução recente do fenómeno da recomposição familiar em Portugal. A este nível, procurámos destacar as características que conferem singularidade às famílias recompostas, ou seja, que permitem distingui-las dos restantes tipos de família, em particular, dos casais com filhos.

Em primeiro lugar, destaca-se a importância da união de facto como um dos principais traços distintivos da vida em contexto de recomposição familiar em Portugal, contrariando, assim, o peso ainda pouco saliente da união de facto no conjunto dos casais portugueses (13,3% em 2011). Em 2011, aproximadamente seis em cada dez casais recompostos viviam em união de facto (59,2%), reforçando, deste modo, uma tendência já evidenciada pela análise dos resultados do Censo 2001 (Ferreira, 2003), altura em que perfaziam 55,9% do total. Para além disso, denota-se que, em 2011, aproximadamente um terço dos casais “de facto” com filhos eram casais recompostos (30,4%); o que representa um acréscimo de 7,5 pontos percentuais face a 2001.

Um segundo aspecto prende-se com o crescimento, em termos de valores absolutos, dos casais recompostos em todas as categorias da variável número de filhos (1 filho, 2 filhos e 3 ou mais filhos), contrariando assim a tendência de decréscimo registada nos casais com filhos. Os casais recompostos apresentam, em regra, descendências mais numerosas do que os casais com filhos (Ramos, 2014), o que se repercute no peso relativo dos casais recompostos no total dos casais com filhos. Trata-se de uma tendência já identificada em 2001 (Ferreira, 2003). A este nível, os resultados apresentados evidenciam que, entre 2001 e 2011, o peso dos casais recompostos nos casais com filhos mais do que duplicou em todas as categorias da variável número de filhos, destacando-se, pelo sua relevância estatística, a proporção de casais recompostos com três ou mais filhos no total de casais com três ou mais filhos; aumento de 9,7 pontos percentuais no período intercensitário. Em 2011, aproximadamente um em cada seis casais com três ou mais filhos no núcleo era recomposto (16,2%).

Em terceiro lugar, importa realçar que o aumento do peso relativo dos casais recompostos nos casais com filhos ao longo da última década não se repercutiu da mesma maneira em todas as regiões (NUTS II) e sub-regiões do país (NUTS III). Seguindo a tendência de distribuição regional já identificada em 2001 (Ferreira, 2003), também em 2011 as regiões de Lisboa, Alentejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores apresentaram valores superiores à média nacional. Destacando-se aqui, pela sua relevância estatística, os 10,3% registados em Lisboa e os 10,2% registados no Algarve. Em ambas as regiões aproximadamente um em cada dez casais com filhos é recomposto.

Os três aspectos aqui mencionados vieram acentuar as tendências da vida em casal recomposto já identificadas em 2001 (Ferreira, 2003) e, em simultâneo, contribuíram para intensificar a distinção entre as famílias recompostas e as outras formas de vida em casal. Para além destas tendências principais, entre 2001 e 2011, destacam-se ainda as seguintes linhas de continuidade: predominância dos casais em que os filhos não comuns presentes no núcleo são apenas filhos da mulher (passam de 78,6%, em 2001, para 78,0%, em 2011); persistência dos casais recompostos sem filhos em comum (passam de 53,4%, em 2001, para 59,0%, em 2011) e, nos casos em que existem filhos em comum, reforço dos casais com apenas um filho em comum (passam de 75,0% em 2001 para 79,8% em 2011). Do ponto de vista sociodemográfico, denotam-se, no entanto, algumas mudanças. Entre 2001 e 2011, as mulheres envelheceram ligeiramente e ficaram mais escolarizadas, e a situação em que

ambos os membros do casal estão inseridos no mercado de trabalho manteve-se a mais frequente, embora tenha crescido o número de casais em que ambos estão desempregados ou inativos. A este nível, contudo, os dados apresentados tendem a aproximar os casais recompostos dos restantes casais com filhos (Cunha *et al.*, 2014).

Referências Bibliográficas

Cunha, Vanessa e Atalaia, Susana (2014). A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal. In Anabela Delgado & Karin Wall (coord.), *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança* (pp.155-175). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e Imprensa de Ciências Sociais. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=217114128&PUBLICACOESmodo=2

Ferreira, Pedro Moura (2003). Tendências e modalidades da conjugalidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº43, 67-82.

INE (2002). Censos 2001: Resultados Definitivos: Portugal. Lisboa: INE.

INE (2012). Censos 2011: Resultados Definitivos- Portugal. Lisboa: INE.

INE (2013). Estatísticas Demográficas 2012. Lisboa: INE.

Le Gall, Didier (1996). Beaux-parents au quotidien et par intermittence. In Didier Le Gall & Claude Martin, *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain* (pp. 125-149). Paris: L'Harmattan.

Leite, Sofia (2004). Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas. *Revista de Estudos Demográficos*, nº35: 53-89.

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_estudo_det&menuBOUI=13707294&contexto=es&ESTUDOSest_boui=106273&ESTUDOSmodo=2&selTab=tab1

Théry, Irène (1987). Remariage et familles composées: des evidences aux incertitudes. *L'Année Sociologique*, vol.37: 119-152.

Théry, Irène (1993). Introduction générale: le temps des recompositions familiales. In Marie-Thérèse Meulders-Klein & Irène Théry (dir.), *Les Recompositions Familiales Aujourd'Hui*. Paris: Nathan.

Marinho, Sofia (2011). *Paternidades de Hoje. Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade Sociologia Geral. Lisboa: UL/ICS-UL. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4940/1/ulsd061760_td_Sofia_Marinho.pdf

Ramos, Vasco (2014). A diversidade das famílias com descendência numerosa. In Anabela Delgado & Karin Wall (coord.), *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança* (pp. 209-224). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e Imprensa de Ciências Sociais.

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=217114128&PUBLICACOESmodo=2

Wall, Karin, Cunha, Vanessa e Atalaia, Susana (2013). Família. In José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (org.), *Portugal Social de A a Z. Temas em Aberto* (pp. 70-78). Paço de Arcos: Impresa Publishing/ Express.

ⁱ Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do projecto de pós-doutoramento “Famílias recompostas, solidariedades familiares e políticas públicas” (SFRH/BPD/89524/2012), desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

ⁱⁱ A presente comunicação reproduz, embora não integralmente, a seguinte publicação: Atalaia, Susana (2014). As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011). In Anabela Delgado & Karin Wall (coord.), *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança* (pp. 209-224). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e Imprensa de Ciências Sociais.

ⁱⁱⁱ Para uma análise mais pormenorizada das tipologias da recomposição familiar ver, entre outros, Didier Le Gall, 1996.